

AÇÕES E OBSTÁCULO VIVENCIADOS AO LONGO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA EDUCAÇÃO DE MOITA BONITA/SE

Viviane Mota de Gois¹
Ellen de Oliveira Fumagali²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar as ações realizadas no decorrer da prática do Estágio Supervisionado IV na área da Educação, dando respaldo a elaboração e execução do Projeto de Intervenção “Educando para o Futuro”. O trabalho ora apresentado traz um breve percurso do referencial teórico da educação em âmbito nacional e local, seguindo pela história de Moita Bonita, apresentando seu panorama educacional, caracterizando o Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz em seus aspectos históricos, educacionais e de infraestrutura, bem como apresentando as situações observadas em sala de aula e a respectiva análise das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE

Estágio Supervisionado IV. Práticas Educacionais. Município de Moita Bonita/Sergipe.

ABSTRACT

This article aims to present the actions carried out during the practice of Supervised Internship IV in the area of Education, giving support to the elaboration and execution of the Intervention Project "Educating for the Future". The work presented here brings a brief overview of the theoretical reference of education at national and local level. Following the history of Moita Bonita, presenting its educational panorama, characterizing the State College Djenal Tavares de Queiroz in its historical, educational and infrastructure aspects, as well as as presenting the situations observed in the classroom and the respective analysis of them.

KEYWORDS

Supervised Internship IV. Educational Practices. Municipality of Moita Bonita / Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende descrever as atividades efetivadas durante as práticas executadas ao decorrer do Estágio Supervisionado IV realizado pela acadêmica Viviane Mota de Gois, 8º período do Curso de Licenciatura em Geografia, na turma do 3º ano "B" do Ensino Médio, do Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz, localizada na Rua José Barbosa de Oliveira, s/nº, Moita Bonita/SE, tendo como Supervisora de Prática a docente Maria do Socorro Ferreira da Silva, sob a orientação da professora Magna Maria Santos Sobral.

O estágio foi realizado no turno noturno, em uma sala composta por 23 alunos, compreendendo um período estabelecido de 24/10/2012 a 30/11/2012, totalizando assim, duas aulas de observação, duas de coparticipação, quatro de regências de classe, uma de oficina pedagógica e uma de aplicação do simulado.

O trabalho ora apresentado traz um breve percurso do referencial teórico da educação em âmbito nacional e local, seguindo pela história de Moita Bonita, apresentando seu panorama educacional, caracterizando o Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz em seus aspectos históricos, educacionais e de infraestrutura, bem como apresentando as situações observadas em sala de aula e a respectiva análise das mesmas. O supracitado relatório ainda segue com as considerações conclusivas, referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 ESCOLA - INSTITUIÇÃO SOCIAL E FUNÇÃO EDUCATIVA

Escola, como instituição social em que se encontram grupos de indivíduos que vivem em meios sociais mais amplos exerce poderosos influxos de socialização. O processo de socialização que as novas gerações suportam tanto em seu meio social como na escola, muda e se especializa na medida e no ritmo das sutis e aceleradas

transformações sociais. Portanto, a função instrutiva da escola se desenvolve mediante a atividade de ensino – aprendizagem, sistemática e intencional, encaminha para aperfeiçoar o processo de socialização espontânea, compensar suas lacunas e deficiências e preparar a capital humana da comunidade social.

Nas sociedades democráticas, a função instrutiva que a cultura acadêmica utiliza cumpre duas funções específicas. Por um lado, o aperfeiçoamento dos processos espontâneos de socialização, de modo que se possa garantir a formação do capital humano que requer o funcionamento fluido do mercado de trabalho. Por outro lado, a função instrutiva pretende, em princípio, compensar as deficiências dos processos espontâneos de socialização, tanto no que se refere às crenças generalizadas destes em relação a diferentes âmbitos dos saberes, como às profundas desigualdades que provocam em virtudes da origem social e cultural dos diferentes grupos humanos.

A desigualdade nos processos de socialização continua sendo um problema chave nas sociedades formalmente democráticas, rígidas pela lei do livre mercado. É ingênuo pretender que a escola consiga a superação de tais desigualdades econômicas e culturais, mas pode sim e deve oferecer a possibilidade de compensar em parte os efeitos de tão escandalosa discriminação no desenvolvimento individual dos grupos mais marginalizados.

A função educativa da escola não será apenas pelo cumprimento mais perfeito e complexo dos processos de socialização, mas por sua intenção essencial de oferecer às futuras gerações possibilidades de questionar a validade antropológica daqueles influxos sociais, de elaborar alternativas e de tornar decisões relativamente autônomas. Com esta intenção educativa, a escola deve oferecer não apenas o contraste entre diferentes processos de socialização sufocados pelos próprios alunos de uma mesma escola ou grupo de sala de aula, como também de experiências culturais distante no espaço e no tempo, assim como a bagagem do conhecimento crítico que constituem as artes, as ciências, os saberes populares.

No que diz respeito à determinação dos respeitos, e deveres a Lei nº 9394/96 prevê a possibilidade de que seja ocasionado o Poder Público para se exigir o ensino fundamental. O artigo 5º diz que:

O acesso do ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o ministério público, ocasionar o Poder Público para exigi-lo (BRASIL/ LDB, 1996, art. 5º, on-line).

Conforme o parágrafo 4º do deste artigo se for comprovada a negligência da autoridade competente, isto é, se ela não garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ser imputada por crimes de responsabilidades.

O artigo 2º estabelece que a educação seja dever da família e do Estado. Mas, o que cabe à família é o que constitui dever do Estado? As famílias, além de exigir do Poder Público a oferta regular do ensino obrigatório, tem de aceitar com o artigo 6º, o dever, que cabe aos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

Quanto ao Estado, segundo o artigo 4º, o Poder Público deverá garantir: "I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que eles não tiveram acesso na idade própria".

A repetência constitui um dos problemas do quadro educacional do país, tendo em vista que a grande maioria da população estudantil acaba desistindo da escola, pressionada por fatores socioeconômicos que obrigam boa parte dos alunos ao trabalho precoce. As taxas de repetência evidenciam a baixa qualidade do ensino e a incapacidade das sistemáticas educacionais e das escolas de garantir a permanência do aluno, penalizando principalmente os alunos de níveis de renda mais baixos.

O ensino fundamental tem como finalidade específica desenvolver o educando, assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecer os meios para progredir no trabalho e fornecer os meios para progredir em estudos posteriores; deverá ter duração mínima de oito anos (art. 32), com carga horária anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver (art. 24, I).

Observava-se que a lei determina a duração mínima tanto em relação ao número de dias e horas anuais. Portanto, nada impede que a duração seja maior. Como a própria lei prevê a ampliação progressiva do período de permanência na escola (art. 34), podendo ser ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (2º do mesmo artigo), admite-se como necessário o aumento do número de horas de efetivo trabalho escolar o que só poderá ocorrer com a ampliação da quantidade de salas de aula. A lei exclui dessa regra alternativa de organização por ela autorizada, como por exemplo, o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem em situações emergenciais. A regra geral, entretanto, é de pelo menos quatro horas diárias de trabalho efetivo em sala de aula.

Em relação à organização do Ensino Fundamental, a Lei 9394/96 trouxe grandes avanços. Esse seu artigo 23 estabelece uma série de alternativas no que diz respeito à organização do período escolar: séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, as formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar.

Quanto à classificação dos alunos, a Lei 9394/96 também abre novas possibilidades. Além da classificação por promoção, para os que cursaram com aproveitamento a série anterior na própria escola e de classificação por transferência, para candidatos procedentes de outras unidades escolares, abre-se uma terceira hipótese: classificação independente de escolaridade anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato, permite sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação de respectivo siste-

ma de ensino (art. 24, II). Algum que comece a frequentar a escola aos dez anos, por exemplo, não precisa necessariamente ser matriculado na primeira série: poderá ser inscrito na terceira ou na quarta série, dependendo do seu desempenho na avaliação a que deverá submeter-se.

Apesar de manter a regra geral de que o ensino fundamental regular seja ministrado em língua portuguesa, a lei, obedecendo ao dispositivo constitucional (art. 210, 2º), assegura as comunidades indígenas à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (art. 32, 3º). Trata-se de significativo avanço em relação às leis anteriores, que obrigavam os índios a utilizarem a língua portuguesa em suas escolas, num evidente desrespeito à sua cultura.

O primeiro caminho, indispensável à solução brasileira enfrenta é a democratização da própria escola, a qual pode ser vista quantitativamente e qualitativamente. Em termos quantitativos, além de possibilitar o acesso à escola de todas as crianças dos sete aos quatorze anos, devem ampliar sempre mais o número de anos escolares para o maior número possível de crianças e jovens.

Entretanto, não basta à população ter acesso à escola, é preciso que nela permaneça e que esta lhe seja útil, o que exige a modificação das relações internas da escola, tornando-as mais democráticas. Já a democratização qualitativa envolve as relações entre o pessoal escolar. O diretor não pode ser visto como uns monarcas absolutos, que aplica cegamente a lei. Antes de tudo ele também é educador, e, como tal, cabe-lhe liderar a caminhada de toda rumo à realização dos objetivos escolares.

Os professores, antes de serem simples transmissores de conhecimentos, educam pelo relacionamento humano que mantêm com os alunos e pelo estímulo que a estes devotam no sentimento de novas descobertas e novas realizações.

Os alunos não são coisas, objetos, manipuláveis ao bel-prazer de diretores, funcionários, administradores e professores, mas pessoas humanas em formação, sujeito da própria educação, a serem respeitados em sua liberdade de seguirem os caminhos que julgarem corretos a partir das influências educativas que recebem.

A democratização da escola, a integração escola-comunidade, um novo e mais humano relacionamento entre professores e alunos, conteúdos, métodos e recursos mais apropriados só poderão torna-se realidade na medida em que os poderes públicos, os educadores e os alunos e os diversos segmentos sociais passarem a adotar efetivamente uma nova filosofia da educação.

2.1 CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo Samuel Rocha Barros (p. 170-171), o currículo escolar abrange todas as experiências escolares. Jameson-Hicks diz que o currículo escolar é a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola. Já Hounston afirma que são todas as atividades por meio das quais o aluno aprende.

Sendo assim os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares: em vez de um ensino em que o conteúdo é visto como fim em si mesmo, o que se propõe é um en-

sino em que o conteúdo é visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos. Há, no entanto quem defenda a indiferenciação dos conteúdos por considerá-los somente enquanto suporte ao desenvolvimento cognitivo dos alunos e há ainda quem acuse a determinação prévia de conteúdos como uma afronta às questões sociais e políticas vivenciadas por cada grupo.

Nos PCN, os conteúdos são abordados em três grandes categorias: conteúdos conceituais, que envolve a abordagem de conceitos, fatos e princípios; conteúdos procedimentais, referentes a procedimentos; e conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes.

No entanto, qualquer que seja a linha pedagógica, professores e alunos trabalham, necessariamente, com conteúdos. O que diferencia radicalmente as propostas é função que se atribui aos conteúdos no contexto escolar e, em decorrência disso, as diferentes concepções quanto à maneira como devem ser selecionados e tratados.

2.2 RELAÇÃO ALUNO - PROFESSOR

A relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo docente, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação de pontes entre seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da Era Industrial, Tecnológica e Globalizada, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e finalmente na formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades.

Do ponto de vista do professor, esta relação é muitas vezes conflituosa. Muitos professores se sentem desconfortáveis neste processo. A atual situação da educação no Brasil reflete o que acontece fora do ambiente escolar e muitos professores questionam o seu papel em sala de aula. Estes conflitos de relacionamento tanto acontecem em escolas pobres em bairros de periferia, onde a intervenção do professor parece infrutífera frente à avalanche de problemas trazidos pelos alunos, quanto em instituições privadas onde o aluno vê no professor um funcionário pago por ele.

Na verdade, o professor perdeu muito prestígio diante dos alunos e muito respeito diante da sociedade, o que demanda uma nova postura e novos paradigmas para resgatar o encanto e a admiração que ligava o aluno à missão quase mágica do professor nos dizeres de Rubem Alves (1999).

Comumente utilizamos a expressão "professor-aluno" e não na ordem em que está grafado no título. No entanto, entendemos que a forma correta seja esta, uma vez que aquela remete a uma pedagogia tradicional onde o professor era o mais importante e deveria vir primeiro. Da mesma forma, a expressão "ensino-aprendizagem" passa a fazer parte de um paradigma antigo, uma vez que o centro das atenções precisa ser a aprendizagem. Não se trata de privilegiar um em detrimento do outro, mas de colocar o foco onde é mais importante. Se o aluno passa a ser o centro das

atenções da escola e se esta escola tem como missão mais nobre criar oportunidade para aprendizagem, então a relação passa a ser mais humana e mais produtiva.

Esta relação passa a se estabelecer entre seres humanos que carregam em si saberes diferente. O que não tira a função da escola e do professor de ser o gerente desta relação, de organizar as informações e de criar o ambiente propício para que a aventura do saber se descortine aos poucos para os alunos.

Piaget (1976) já havia verificado que desde o princípio, a própria criança exerce controle sobre a obtenção e organização de sua experiência do mundo exterior. Usa dos sentidos para ler e interpretar o mundo desde seu nascimento. É no Construtivismo Piagetiano que encontramos a referência mais forte de que o aluno é um sujeito produtor de conhecimento e o educador, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. Por este autor confirmamos a teoria biológica e social do desenvolvimento. Ou seja, se aprende por um processo biológico de adaptação e da interação constante com o meio. Desta interação ressaltamos a qualidade da relação entre o educador e seu aluno, qualidade esta que às vezes é relegada a segundo plano.

É fácil perceber que a relação dentro da sala de aula precisa mudar porque o mundo mudou. Atualmente se encontra rapidamente informações e se pode ter a ilusão que esta informação já é conhecimento. É tarefa de o educador fazer o aluno perceber que a informação só passará a ser conhecimento útil se for direcionado por um profissional da educação.

A tecnologia facilita a transmissão da informação, mas o papel do professor continua e continuará sendo fundamental para auxiliar o aluno a construir conhecimento. Os que não entenderem essa nova realidade correm os riscos de serem substituídos por uma máquina. O professor que trabalhar mais como um facilitador será insubstituível e inesquecível, como até hoje é, para qualquer de nós, a figura da primeira professora.

3 O CAMPO DE ESTÁGIO

3.1 MOITA BONITA: UM BREVE PERCURSO DE SUA HISTÓRIA

Com a finalidade de contextualizar a Escola Municipal Terezinha Santana dos Santos, traçaremos um breve histórico da cidade de Moita Bonita, baseado nos textos produzidos (ANDRADE, 1999) acerca da cidade, bem como em trabalhos de pesquisa sobre o tema (SANTANA, 2003).

Moita Bonita é uma pequena cidade do interior com uma área de 95,82 Km², que apresenta uma latitude 10° 34'44" sul e longitude – 37° 20' 37" a oeste. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui um crescimento vegetativo anual de 1,78 habitantes (2007), e uma densidade demográfica entre aproximadamente 104.50 hab/km² (Censo 2010). Localiza-se na zona central do Estado de Sergipe, na micro-região do Agreste de Itabaiana, limitando-se ao norte com Nossa Senhora das Dores, ao sul com Itabaiana, ao leste com Malhador e Santa Rosa de Lima e a oeste com Ribeirópolis.

Sua origem se deu a partir de uma pequena aglomeração de sítios numa região elevada localizada no município de Itabaiana/SE, denominada "Alto do Coqueiro", recebendo esta designação em decorrência da existência de coqueiros em praticamente todos os sítios. No que concerne ao início do povoamento na localidade, estes ocorreram a partir de doações de terras destinadas a alguns lavradores, com o intuito de colonizar as regiões da circunvizinhança de Itabaiana.

Em 1957 a localidade foi elevada para a categoria de Vila por meio da Lei Estadual nº 823 de 25/07/1957 e posteriormente a Sede do 2º Distrito de Paz de Itabaiana. Com isso, o crescimento gradativo começou a expandir-se, sendo construídas novas residências, o Mercado de Talho, a Escola Rural Centro e a ampliação da capelinha.

Após imensas influências políticas e econômicas o então Deputado Pedro Paes Mendonça lutou pela emancipação política do município, conseguindo aprovar o Projeto de Lei Estadual nº 1.165 de 12 de março de 1963, a qual estabelecia a independência do "Alto do Coqueiro" e a municipalização do mesmo com a denominação de Moita Bonita.

A denominação Moita Bonita surgiu devido à existência de muitas árvores bonitas e frondosas na localidade Alto do Coqueiro, especialmente um pé de figo e por existir próximo um povoado chamado Moita de Cima.

A primeira eleição municipal ocorreu em 6 de outubro de 1963, tendo como disputa política o senhor Josias Costa e o senhor Pedro Paes Mendonça. Este último venceu a eleição e assumiu a gestão de prefeito de 24/11/1963 à 27/05/1964, quando renunciou ao cargo para retornar ao Poder Legislativo Estadual e assume a gestão o Presidente da Câmara de Vereadores José Costa, que era adversário político de Josias Costa.

Apesar de ser um município de pequeno porte, este vem se desenvolvendo aos poucos ao longo dessas últimas décadas, sendo que uma de suas principais atividades econômicas é o transporte rodoviário de carga. Os principais produtos cultivados no solo moitense é a batata doce, mandioca, feijão, amendoim, milho e inhame, prevalecendo à agricultura praticada em minifúndios.

De acordo com os dados estatísticos do INEP/MEC (divulgado no site oficial do IBGE), em 2009 o município efetivou 1.877 matrículas no ensino fundamental, e 307 no ensino médio. Contando ainda com a presença qualificada (quase todos possuem nível superior e pós-graduação) de 105 docentes no ensino fundamental e 19 no ensino médio. Dentro desta perspectiva é imprescindível salientarmos o fato do elevado nível de escolaridade presente na localidade, crescendo ainda mais o nível de instrução das mulheres locais; ainda conta com a presença de sete estabelecimentos de saúde, distribuídos entre a sede e os povoados.

De acordo com os dados estatísticos do Censo Demográfico 2010/ IBGE, o município possui atualmente uma população estimada em 11.034 cidadãos, distribuídos em 5.478 homens e 5.556 mulheres. Embora não seja algo tão comum à realidade brasileira é notório uma pequena disparidade no quantitativo do sexo, uma vez que esta se restringe apenas a 78 pessoas. A relacionarmos os dados estatísticos de 2007 com os de 2010, vem ocorrendo um decréscimo na taxa de natalidade feminina e um aumento na masculina.

3.2 PANORAMA EDUCACIONAL DE MOITA BONITA

Como já mencionado anteriormente, nos seus primeiros anos de existência o município de Moita Bonita não dispunha de uma educação formal, sendo que aqueles que soubessem ler e escrever eram considerados aptos a ensinar. Os primeiros professores existentes na região lecionavam em suas residências, destacando o senhor “Zé Mestre” como o primeiro deles. Este foi seguido de Conceição de Aprígio, Manuel de Xixica, Pedrinho de Virgem, Antônio de Manuel Vicente Anjo entre tantos outros.

A primeira escola pública do município funcionava em uma casa cedida pelo senhor Miguel Orelha que residia no Povoado Capunga, tendo seus primeiros professores originários de outras localidades, dentre eles estavam Lourdes Maciel e Leonor Costa. Como filha da região havia Maria da Glória Costa que algum tempo depois passou a lecionar em sua residência.

Em 1954 surgiu a Escola Isolada da Localidade Moita, funcionando em uma casa alugada. Esta foi criada pelo então prefeito de Itabaiana, Euclides Paes Mendonça, por meio de um programa estadual de educação. No entanto, o prédio desta só foi construído em 1955, em um terreno comprado ao senhor Marcolino dos Santos Barreto pelo município de Itabaiana (SANTANA, 2003). Em 1975, a mesma foi doada ao município pelo governo estadual na gestão do prefeito José Barreto de Souza.

Durante muitos anos esta unidade de ensino ficou conhecida como Escola Centro, já que se localizava no centro da cidade. Atualmente recebe a denominação de Escola Municipal Terezinha Santana dos Santos.

Como a maioria dos professores residia em outras localidades as escolas funcionavam da seguinte forma: no mesmo prédio uma sala de aula e a residência para professores. Dentro desse modelo (Escola Rural) foram construídas escolas estaduais em povoados como Candeias, Figueira e Capunga. Havia também algumas escolas públicas municipais pertencentes ao município de Itabaiana como a Escola “Otoniel Dória».

É válido ressaltar o trabalho da professora Lêda Costa no desenvolvimento da educação em Moita Bonita. Seja como educadora, vereadora, prefeita ou como Secretária Municipal de Educação, visto que desenvolveu junto a seu pai, o líder político Josias Costa, um belíssimo trabalho, construindo quatorze (14) escolas públicas das dezessete (17) pertencentes ao município, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do setor educacional no município em questão.

Até o ano de 1975, só existia no município o ensino até a 4ª série e aqueles que desejassem prosseguir seus estudos tinham que se deslocar para outro município. Neste ano o Colégio Cenecista Santa Terezinha, vinculado a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), passou a oferecer todo o 1º grau, cobrando uma taxa de seus alunos. Onze anos depois, 1986, o ainda Grupo Escolar Engenheiro Elias Andrade começou a oferecer gradativamente o antigo 1º grau, aumentando significativamente as oportunidades de formação dos que residiam naquela localidade.

A implantação do ensino de 2º grau aconteceu em 1982, também no Colégio Cenequista Santa Terezinha. Este teve a última turma concludente em 1998, quando foi extinto¹.

Hoje o município de Moita Bonita conta com dezessete unidades de ensino da rede municipal, sendo que destas quatro estão paralisadas e treze em funcionamento, distribuídas na zona rural e urbana, oferecendo da Educação Infantil ao Ensino Fundamental menor, duas pertencentes à rede estadual, a Escola Estadual Engenheiro Elias Andrade e o Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz. Há ainda o Colégio Antônio Barreto de Lima e o Colégio Santo Antônio que oferecem educação infantil e ensino fundamental, dentro do sistema particular.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a rede municipal de ensino apresenta os índices descritos nas tabelas abaixo:

Tabela do IDEB - Resultados e Metas 4ª série / 5º ano

	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
MOITA BONITA	2,8	3,3	3,6	2,9	3,3	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3

Fonte: www.inep.gov.br

Tabela do IDEB - Resultados e Metas 8ª série / 9º ano

Município	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
MOITA BONITA	-	-	3,5	-	-	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1

Fonte: www.inep.gov.br

Em 2009 não havia meta projetada para as séries/anos finais do Ensino Fundamental, pois até então a Rede Municipal não ofertava o Ensino Fundamental completo, sendo que neste ano obteve um índice de 3,5%.

A partir da análise dos dados acima, é possível perceber que o município vem ultrapassando as metas projetadas, no entanto, considerando os índices alcançados pelos países desenvolvidos, torna-se evidente que ainda se encontra distante de um indicador compatível com uma educação de qualidade. Sendo que de acordo com a Secretaria Municipal da Educação, um dos principais fatores que implicam para essa situação é a discrepância entre a metodologia utilizada pelos professores e as habilidades desenvolvidas nas avaliações oficiais do MEC.

1 A partir de 1999, no prédio onde funciona essa escola passou a funcionar a Escola Estadual Djenal Tavares de Queiroz, oferecendo as quatro últimas séries do ensino fundamental e o ensino médio.

No tocante ao número de funcionários a rede municipal de Moita Bonita apresenta os dados Apresentados na tabela a seguir:

	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Nível Superior		Pós-Graduação	
	Efetivo	Contrato	Efetivo	Contrato	Efetivo	Contrato	Efetivo	Contrato
Professores	-	-	08	06	62	08	21	-
Secretário	-	-	01	-	-	-	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais	17	11	12	02	-	-	-	-
Auxiliar Ed. Infantil	-	-	-	02	-	01	-	-
Técnico Administrativo	-	-	-	01	-	02	-	-

Fonte: Secretaria Municipal da Educação (2010).

3.3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A instituição contemplada pela acadêmica como campo de efetivação do Estágio Supervisionado em Geografia IV, foi o Colégio Estadual Gal Djenal Tavares de Queiroz, localizado a Rua José Barbosa Oliveira, s/nº no município de Moita Bonita, Estado de Sergipe. Fundado em 4 de março de 1998, recebe essa denominação a partir de uma homenagem que Lêda Maria Costa Barreto realizou em função dos grandes feitos no campo educacional desta cidade, homenageando assim, o General Djenal Tavares de Queiroz.

A instituição é pertencente à Rede de Ensino Estadual, e funciona nos seguintes turnos:

- **Matutino:** 6º ao 9º ano de 07:30 às 11:40.
- **Vespertino:** 1º ao 3º ano do Ensino Médio das 12:30 às 17:20.
- **Noturno:** 1º ao 3º ano do Ensino Médio das 18:00 às 22:20 h.

A unidade de ensino oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, e o Ensino Médio, totalizando no decorrente ano 412 alunos. Oferece a comunidade o Ensino Fundamental nos turnos matutino, o Ensino Médio nos turnos vespertino e noturno.

Quanto ao espaço físico, à escola passou recentemente por reformas em sua estrutura física, tendo como dependências uma diretoria/secretaria, treze salas de aula, uma sala de professores, uma biblioteca, um laboratório de ciências e informática, um almoxarifado, uma cozinha/cantina, um pátio e quatro banheiros.

As salas de aula apresentam uma boa aparência, possuem uma porta e basculantes nas laterais o que proporciona uma boa ventilação. Quanto ao mobiliário

encontra-se em perfeitas condições de uso. A merenda escolar é de boa qualidade e é preparada na própria escola. A mesma possui uma quantidade relevante em diversidade e número de materiais de consumo, o que possibilita ao professor a realização de atividades diversificadas

No tocante aos recursos humanos, o quadro de funcionários deste estabelecimento encontra-se atualmente composto por uma diretoria, uma Coordenadora Pedagógica, uma Secretária, dezessete Professores, sendo que destes 99% possuem nível de escolaridade superior, um Vigilante e cinco Merendeiras e Serviços Gerais. Atualmente a direção da Escola encontra-se sobre responsabilidade de Maria Lenice Lima Barreto.

No que concerne aos equipamentos e recursos didáticos, o núcleo escolar possui projetor de slides, gravador, retroprojetor, vídeo cassete/ DVD, computador, data show e aparelho de som.

Quanto à avaliação, ela é feita de forma somativa por meio de provas escritas e atividades extra-classes, abarcando inclusive grande quantitativo de projetos.

Segundo informações obtidas a relação escola/família se dá de forma harmônica, havendo por parte de todos que compõem o corpo docente da instituição uma conscientização e importância de haver uma participação ativa da família no desenvolvimento das atividades realizadas na escola.

A classe alunada da turma de estágio do 3º ano "B" do Ensino Médio, formada por 23 alunos, é composta basicamente de classe média baixa, residentes tanto na zona urbana quanto na zona rural, sendo que a maioria não desenvolve nenhuma atividade remunerada.

Durante a execução das aulas, a acadêmica deu enfoque a uma metodologia diversificada do cotidiano dos alunos, objetivando assim, uma melhor atenção e compreensão por parte dos mesmos a respeito dos conteúdos ministrados. O processo de estágio foi efetivado sob diversas etapas, abarcando inúmeras metodologias.

Dando início ao processo inicial da prática do estágio, ocorreu a efetivação de duas horas aulas de observação, as quais ocorreram nos dias 24/10/2012 e 26/10/2012. Como efetivação da prática, neste momento a estagiária apenas observou as ações efetivadas pela Professora, a qual executou em uma das aulas, a efetivação e aplicação da atividade de avaliação e verificação da aprendizagem, seguindo na próxima aula com a entrega da avaliação e correção da mesma.

Sucessivamente, inicia-se as fases de coparticipação, a qual foi executada nos dias 31/10/2012 e 7/11/2012. Neste momento, as aulas continuaram sendo regidas pela professora, mas com o auxílio interventivo da estagiária. Foi um momento extremamente conteudista, em que nas duas horas aulas, foram discutidos os aspectos sociais, geográficos e econômicos dos E.U.A, seguido de uma atividade. É imprescindível salientar que a intervenção da estagiária se deu por meio da leitura e discussão de uma história em quadrinho acerca da temática com a classe alunada, seguindo de auxílio direto aos discentes durante a execução da atividade.

Assim, depois das fases descritas anteriormente, é chegado o momento da execução das regências de classe.

Na primeira regência de classe foi discutida os aspectos geográficos e históricos do Extremo Oriente, dando ênfase primordial ao Japão. Seguido de exposição de vídeo acerca da temática e discussão do mesmo. Sucessivamente, já na segunda aula, ocorreu uma aula expositiva por meio de recursos metodológicos diversificados, a exemplo, de slides, imagens e chargens que retratassem os aspectos econômicos e sociais do Japão, relacionando-os ao modelo econômico ditado pelo país.

Nas duas aulas posteriores, ocorridas nos dias 26/11/2012 e 21/11/2012 ocorreu a efetivação de uma atividade lúdica – jogo virtual, a qual objetivava fixar o conteúdo discutido nas aulas anteriores de uma maneira atrativa aos jovens estudantes. E por último, a efetivação de uma passa ou repassa acerca do conteúdo ministrado ao decorrer das regências, o qual objetivou despertar na classe alunada o ensejo em revisar o conteúdo programático para poder se divertir com os colegas, ao mesmo tempo que se aperfeiçoava teoricamente. É válido frisar, que o grupo vencedor foi premiado com uma gigantesca caixa repleta de chocolates, a qual foi distribuída por meio de uma dinâmica com os demais colegas.

Sucessivamente, já na penúltima etapa de execução do estágio, mas especificamente na Oficina Pedagógica ocorreu o direcionamento de uma aula prática embasada nos conteúdos que a classe discente abstraiu ao decorrer da prática do estágio, sendo realizada assim, por parte dos mesmos a reprodução em forma de mosaico das bandeiras dos E.U.A e do Japão.

Já como última etapa interventiva, ocorreu no dia 30/11/2012 a efetivação de um simulado com os estudantes acerca do conteúdo programático visto ao decorrer do ano letivo.

Ao decorrer das aulas, é imprescindível salientar a relação extremamente harmoniosa entre aluno e professora (estagiária), sendo lembrado e associado inclusive assuntos discutidos em aulas anteriores.

Dentro destas análises expostas, gostaria de enfatizar a importância de planejamento contínuo na efetivação das aulas, pois, este é um dos mecanismos mais eficazes e coerentes para uma boa prática pedagógica. Este deve ser idealizado de forma altamente dinâmica e lúdica.

4 CONCLUSÃO

O estágio funciona como uma “janela do futuro” por meio do qual o aluno antevê seu próximo modo de viver. Deve ser uma passagem natural do “saber sobre” para o “saber como”, um momento de validação do aprendizado teórico e prático em confronto com a realidade.

A prática do Ensino/Estágio Supervisionado favorece a descoberta, sendo um processo dinâmico de aprendizagens em diferentes áreas de atuação no campo profissional, dentro de situações reais de forma que o acadêmico possa conhecer, compreender e aplicar, na realidade escolhida, a união da teoria com a prática. Por ser um elo entre todas as disciplinas do curso que englobam os núcleos temáticos da formação básica do conhecimento didático-pedagógico, conhecimento sobre a cultura do

movimento, tem por finalidade inserir o estagiário na realidade viva do mercado de trabalho, possibilitando consolidar sua profissionalização.

O período vivenciado com os alunos do 3º ano "B" do Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz, proporcionou momentos extremamente produtivos, permitindo troca de experiências entre os profissionais e a classe alunada, ampliando assim, conhecimentos acerca do cotidiano em sala de aula, tornando-se evidente os empecilhos e dificuldades vivenciadas diariamente no âmbito de trabalho de cada profissional.

Logo, diante de todos os fatos evidenciados ao longo de nossa discussão, torna-se claramente perceptível a importância de execução do estágio, para que a graduanda possa abstrair e aperfeiçoar ainda mais em *lôcus* de estágio os princípios metodológicos essenciais para uma prática pedagógica eficaz, associando os referenciais teóricos abstraídos na academia, com a prática vivenciada cotidianamente pelos docentes e discentes. Enfim, a execução dos quatro estágios supervisionados significou um período de aprendizado constante, visto que a cada dia passávamos por uma nova experiência traduzida num olhar, numa pergunta, num comportamento, num elogio, ou num sorriso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alonso Francisco de; JESUS, Denise Barreto de; SANTOS, Lucilene; CUNHA, Terezinha Costa da. **Histórico do Município de Moita Bonita**. 1999.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional, **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 17 fev. 2019.

CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências naturais: Aprendendo com o cotidiano**. São Paulo: Moderna, 2004.

CRUZ, Daniel. **Ciências e educação ambiental: Os seres vivos**. São Paulo: Ática.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Ciências: A vida na terra**. São Paulo: Ática, 2006.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOIS, Susiane Mota de. **A Escola Estadual Engº Elias Andrade e sua importância no contexto educacional de Moita Bonita**. 2004. Monografia. UNIT, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 180 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 118 p.

PIAGET, Jean William Fritz. *Aprendizagem e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26. ed. São Paulo: **Ática**, 2001.

SANTANA, Vasconcelos Regivalda. **Escola Municipal Terezinha Santana dos Santos**: uma história cheia de histórias. 2003. Monografia. UNIT, 2003.

Data do recebimento: 14 de agosto de 2018

Data da avaliação: 03 de outubro de 2018

Data de aceite: 07 de outubro de 2018

1 Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Especialista em Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas Universidade Federal de São Paulo – UFSP; Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes – UNIT (2017); Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Experiência profissional na Secretaria Municipal de Assistência Social de Moita Bonita/SE, Ministério do Desenvolvimento Social/ BPC na Escola, no IBGE e na Fundação Pedro Paes Mendonça (Professora); Perita do Tribunal de Justiça Federal do Estado de Sergipe; Membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Moita Bonita/SE; Professora Articuladora da Universidade Tiradentes; Possui ainda ampla experiência em Projetos Habitacionais, com atuações técnicas de acompanhamento social do FNHIS. E-mail: vm.gois@hotmail.com

2 Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes- UNIT/SE; Professora do Curso de Direito da Universidade Tiradentes. E-mail: ellenfumagali@hotmail.com

